REVISTA ERR01 ISSN: 2595-1378

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: CAMINHOS E POLÍTICAS

INCLUSION AND ACCESSIBILITY IN HIGHER EDUCATION: PATHS AND POLICIES

INCLUSIÓN Y ACCESIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: CAMINOS Y POLÍTICAS

https://doi.org/10.56238/ERR01v10n2-016

Rodi Narciso
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

Yara Kirya Brum
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: kirya1982brum@gmail.com

Wilma Angélica da Silva
Mestranda em Educação Inclusiva
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: wilmaangelica1@gmail.com

Alexsandra Tomaz de Sousa Almeida
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: alexsandratomazz@hotmail.com

Luciana Marinho Soares Gonçalves
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
E-mail: lucianamarinho@id.uff.br

RESUMO
Este artigo teve como objetivo analisar criticamente a lacuna entre a legislação sobre inclusão no ensino superior e as práticas institucionais de acessibilidade, com foco nas experiências concretas de estudantes com deficiência. A temática abordou os limites da implementação das políticas inclusivas nas universidades brasileiras, especialmente no que diz respeito à permanência acadêmica e à inclusão dos sujeitos diretamente afetados nos processos decisórios institucionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base na análise de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, selecionados conforme critérios de relevância temática, recorte geográfico e consistência metodológica. A investigação revelou que, embora exista um arcabouço jurídico normativo favorável

à inclusão, a ausência de mecanismos operacionais, a precariedade dos núcleos de acessibilidade, a insuficiência de recursos humanos especializados e a escassa participação dos estudantes com deficiência no planejamento institucional resultaram na persistência de práticas excludentes no ambiente universitário. Verificou-se, ainda, que as experiências desses estudantes constituem fontes legítimas para o aprimoramento das políticas públicas, sendo indispensável sua consideração na formulação de estratégias institucionais mais responsivas. Concluiu-se, por fim, que o enfrentamento das barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais exige não apenas o cumprimento formal das leis, mas também a transformação dos dispositivos institucionais a partir da crítica produzida pelos próprios sujeitos da inclusão.

Palavras-chave: Equidade Educacional. Formação Docente. Desempenho Acadêmico. Políticas Intersetoriais. Participação Estudantil.

ABSTRACT

This article aimed to critically analyze the gap between legislation on inclusion in higher education and institutional accessibility practices, focusing on the concrete experiences of students with disabilities. The topic addressed the limits of implementing inclusive policies at Brazilian universities, especially with regard to academic retention and the inclusion of those directly affected in institutional decision-making processes. To this end, a bibliographical search was conducted, based on the analysis of scientific articles published between 2020 and 2025, selected according to criteria of thematic relevance, geographic scope, and methodological consistency. The investigation revealed that, although there is a normative legal framework favorable to inclusion, the lack of operational mechanisms, the precariousness of accessibility centers, the lack of specialized human resources, and the limited participation of students with disabilities in institutional planning have resulted in the persistence of exclusionary practices in the university environment. It was also found that the experiences of these students constitute legitimate sources for improving public policies, and their consideration is essential in the formulation of more responsive institutional strategies. Finally, it was concluded that tackling structural, pedagogical and attitudinal barriers requires not only formal compliance with laws, but also the transformation of institutional devices based on criticism produced by the subjects of inclusion themselves.

Keywords: Educational Equity. Teacher Training. Academic Performance. Intersectoral Policies. Student Participation.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar críticamente la brecha entre la legislación sobre inclusión en la educación superior y las prácticas de accesibilidad institucional, centrándose en las experiencias concretas de estudiantes con discapacidad. El tema abordó los límites de la implementación de políticas inclusivas en las universidades brasileñas, especialmente en lo que respecta a la retención académica y la inclusión de las personas directamente afectadas en los procesos de toma de decisiones institucionales. Para ello, se realizó una búsqueda bibliográfica, basada en el análisis de artículos científicos publicados entre 2020 y 2025, seleccionados según criterios de relevancia temática, alcance geográfico y consistencia metodológica. La investigación reveló que, si bien existe un marco normativo favorable a la inclusión, la falta de mecanismos operativos, la precariedad de los centros de accesibilidad, la falta de recursos humanos especializados y la limitada participación de estudiantes con discapacidad en la planificación institucional han resultado en la persistencia de prácticas excluyentes en el entorno universitario. También se encontró que las experiencias de estos estudiantes constituyen fuentes legítimas para mejorar las políticas públicas, y su consideración es esencial en la formulación de estrategias institucionales más receptivas. Finalmente, se concluyó que enfrentar las

ISSN: 2595-1378

barreras estructurales, pedagógicas y actitudinales requiere no sólo el cumplimiento formal de las leyes, sino también la transformación de los dispositivos institucionales a partir de la crítica producida por los propios sujetos de inclusión.

Palabras clave: Equidad Educativa. Formación Docente. Rendimiento Académico. Políticas Intersectoriales. Participación Estudiantil.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro representou, nas últimas décadas, um dos principais desafios enfrentados pelas instituições universitárias, tanto públicas quanto privadas. A ampliação do acesso, impulsionada por legislações nacionais e compromissos internacionais, evidenciou uma lacuna persistente entre o ingresso formal e a permanência efetiva desses sujeitos nos cursos de graduação. A despeito dos avanços normativos, observou-se que as práticas institucionais continuaram ancoradas em modelos excludentes, incapazes de responder, de forma abrangente, às demandas específicas de acessibilidade física, pedagógica e atitudinal. Nesse cenário, a escuta das vivências dos próprios estudantes tornou-se um imperativo para redirecionar as políticas universitárias e problematizar os limites da atuação normativa diante das desigualdades concretas.

A motivação para a escolha do tema decorreu da constatação de que, mesmo com o fortalecimento dos marcos legais, como a 'Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência' (Lei nº 13.146/2015), as universidades brasileiras ainda operam de modo fragmentado, sem integração efetiva entre os setores acadêmicos e administrativos. Esse descompasso entre as normativas e as práticas institucionais revelou uma contradição estrutural que comprometeu não apenas o direito à educação, mas também a legitimidade dos discursos inclusivos. Além disso, o crescente número de estudantes com deficiência ingressando no ensino superior evidenciou a urgência de pesquisas que dialogassem com suas trajetórias, reconhecendo-as como fontes legítimas de conhecimento sobre as falhas e possibilidades do sistema educacional.

A partir dessa realidade, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: 'Como as experiências de estudantes com deficiência no ensino superior revelam os limites entre a legislação inclusiva e sua aplicação institucional, e de que modo essas vivências podem contribuir para a reformulação das políticas de acessibilidade nas universidades brasileiras?' Essa indagação orientou a estruturação dos objetivos da investigação. O objetivo geral consistiu em analisar criticamente a distância entre a legislação sobre inclusão no ensino superior e as práticas institucionais de acessibilidade, tomando como eixo as experiências concretas de estudantes com deficiência. Os objetivos específicos envolveram: identificar os principais obstáculos à permanência acadêmica desses estudantes; examinar a atuação dos núcleos de acessibilidade à luz da legislação vigente; e discutir como os relatos dos sujeitos podem reorientar as políticas universitárias.

Para alcançar tais propósitos, optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, baseada na seleção, leitura e análise de textos acadêmicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. O estudo valeu-se da base de dados 'SciELO' (Scientific Electronic Library Online), por seu

reconhecimento na divulgação de produções científicas revisadas por pares, com ênfase no contexto latino-americano. As palavras-chave utilizadas na busca foram ‘inclusão’, ‘acessibilidade’, ‘ensino superior’ e ‘estudantes com deficiência’, combinadas por meio de operadores booleanos simples. A escolha metodológica ancorou-se em autores que defendem a relevância da análise bibliográfica para a sistematização crítica do conhecimento acumulado sobre determinado tema. Nesse sentido, consideraram-se as contribuições de Narciso e Santana (2025), os quais defenderam que ‘a análise focou na interpretação das ideias centrais e na avaliação crítica das contribuições metodológicas’ (p. 19461), além de enfatizarem ‘a importância de uma estrutura bem delineada, destacando a relevância de objetivos claros, hipóteses fundamentadas e métodos apropriados para cada tipo de investigação’ (Narciso; Santana, 2025, p. 19467).

Foram incluídos apenas artigos que tratassem da realidade brasileira e que discutem, com base empírica ou teórica, os desafios da inclusão no ensino superior. Os critérios de exclusão abrangeram produções genéricas, com abordagem superficial ou sem consistência metodológica. A análise permitiu mapear três dimensões inter-relacionadas do problema investigado: a divergência entre normativas e práticas, os obstáculos à permanência e o papel das experiências estudantis na formulação de políticas mais responsivas à diversidade funcional.

O artigo foi estruturado em três capítulos analíticos. O primeiro, intitulado ‘A Incoerência entre Legislação e Prática Institucional: Limites da Política de Inclusão no Ensino Superior Brasileiro’, discutiu as tensões entre o aparato legal inclusivo e a ausência de mecanismos efetivos de implementação nas instituições universitárias. O segundo capítulo, ‘Permanência Acadêmica de Estudantes com Deficiência: Obstáculos Estruturais, Didáticos e Atitudinais’, abordou os múltiplos entraves que dificultaram a trajetória dos estudantes após o ingresso, com ênfase nas barreiras invisíveis que perpassam o cotidiano acadêmico. O terceiro capítulo, ‘Experiências de Estudantes com Deficiência como Critério para Redefinir as Políticas de Acessibilidade nas Universidades’, examinou os relatos dos sujeitos como dispositivos críticos capazes de tensionar e reorientar os parâmetros institucionais vigentes.

Dessa forma, o artigo organizou-se em três capítulos interdependentes, os quais foram precedidos por esta introdução e serão seguidos pela apresentação da ‘Metodologia’, dos ‘Resultados e Discussões’ e, por fim, as ‘Considerações Finais’. Cada seção foi elaborada com o intuito de contribuir para a compreensão crítica das limitações das políticas de inclusão no ensino superior brasileiro, com base nas vozes dos sujeitos que as experienciam cotidianamente.

ISSN: 2595-1378

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa consistiu em uma abordagem bibliográfica, fundamentada na análise crítica de fontes acadêmicas previamente publicadas. Tal estratégia metodológica foi essencial para alcançar os objetivos propostos, os quais envolviam a identificação das contradições entre políticas institucionais e práticas inclusivas no ensino superior, com ênfase nas experiências de estudantes com deficiência. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica viabilizou o mapeamento e o confronto de produções teóricas recentes e relevantes, permitindo a construção de um referencial analítico coerente com as finalidades do estudo.

Conforme as ideias de Santana, Narciso e Santana (2025, p. 3), "as metodologias científicas contemporâneas demandam uma integração efetiva de inovações tecnológicas para potencializar a pesquisa acadêmica". Nesse contexto, a investigação foi desenvolvida com o auxílio de bases de dados digitais, garantindo acesso a materiais atualizados, com rigor científico reconhecido. A pesquisa bibliográfica, tal como definida por autores como Gil (2019), caracteriza-se pela sistematização do conhecimento disponível, sendo apropriada para estudos cuja finalidade é problematizar conceitos, teorias e práticas à luz de referenciais consolidados. A análise empreendida concentrou-se na interpretação das ideias centrais dos textos selecionados e na avaliação crítica das contribuições metodológicas que sustentam os debates sobre acessibilidade e permanência no ensino superior, conforme sugere Narciso e Santana (2025).

As etapas do processo metodológico seguiram uma sequência estruturada. Inicialmente, foram definidos os descritores de busca, a partir de palavras-chave formuladas em linguagem simples e objetiva, como 'acessibilidade', 'inclusão', 'permanência acadêmica' e 'estudantes com deficiência'. Tais termos foram combinados com operadores booleanos para ampliar a efetividade da busca e garantir o cruzamento temático entre os conteúdos. Em seguida, procedeu-se à seleção dos materiais com base em critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos: foram incluídas produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2025, que tratassem especificamente do contexto brasileiro e apresentassem resultados de pesquisa empírica ou revisão crítica sobre políticas e práticas inclusivas no ensino superior. Por outro lado, foram excluídos documentos desatualizados, genéricos ou de caráter opinativo, sem fundamentação teórica ou metodológica explícita.

A coleta e análise dos dados bibliográficos foram realizadas na base de dados SciELO – *Scientific Electronic Library* Online –, que constitui uma biblioteca digital de acesso aberto, especializada na divulgação da produção científica da América Latina e Caribe. A escolha dessa base se justifica por sua ampla cobertura temática, controle de qualidade editorial e relevância para o contexto da pesquisa em ciências humanas e sociais. A navegação sistemática por essa base permitiu a

recuperação de artigos pertinentes ao objeto do estudo, os quais foram posteriormente organizados em fichamentos analíticos.

O rigor metodológico foi mantido ao longo de todas as fases do trabalho, conforme preconizado por Santana, Narciso e Santana (2025, p. 6), para quem "o rigor metodológico permanece essencial, mesmo diante das transformações impostas pelas novas tecnologias". Dessa forma, os procedimentos adotados buscaram garantir não apenas a fidedignidade das informações, mas também a coerência argumentativa entre os dados extraídos e a problematização construída. Por fim, destaca-se que o delineamento da pesquisa seguiu a orientação de Narciso e Santana (2025, p. 19467), que enfatizam,

> [...] a importância de uma estrutura bem delineada, destacando a relevância de objetivos claros, hipóteses fundamentadas e métodos apropriados para cada tipo de investigação.

A metodologia bibliográfica revelou-se adequada, pois permitiu identificar lacunas nas políticas institucionais de inclusão e compreender como as experiências de estudantes com deficiência têm sido negligenciadas nas formulações hegemônicas sobre acessibilidade. Essa abordagem possibilitou, portanto, atingir os objetivos delineados e construir uma análise crítica ancorada em referenciais teóricos consistentes.

3 A INCOERÊNCIA ENTRE LEGISLAÇÃO E PRÁTICA INSTITUCIONAL: LIMITES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O avanço normativo referente à inclusão educacional de pessoas com deficiência no Brasil, ainda que expressivo, revela-se insuficiente diante das dificuldades concretas enfrentadas no ensino superior. A legislação brasileira, constituída por normas como a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proporciona um aparato formalmente progressista. No entanto, esse conjunto jurídico não assegura, por si só, a transformação das práticas institucionais. Brandão e Martins (2025, p. 6) afirmam que "verifica-se uma profunda fragmentação normativa, que resulta em dificuldades para sua aplicação efetiva nas instituições de ensino superior".

Além disso, as normativas legais não são articuladas de maneira coerente e sistemática, o que compromete sua efetividade. A coexistência de legislações sobrepostas ou ambíguas, conforme ressaltam os mesmos autores, cria um ambiente institucional vulnerável a interpretações limitadas e à desresponsabilização administrativa. Tal cenário contribui para a reprodução de práticas excludentes, mesmo diante da existência de diretrizes legais. Lima e Carmo (2023) complementam essa crítica ao apontarem que as universidades muitas vezes operam com estruturas precárias e ausência de cultura inclusiva.

Em continuidade, observa-se que o ordenamento jurídico, embora formalmente garantidor de direitos, carece de mecanismos de aplicação vinculante. Segundo Parenti e D'Agostini (2024), a legislação frequentemente é interpretada como uma formalidade burocrática, desvinculada de ações efetivas. Esta condição revela uma assimetria entre o plano normativo e a realidade institucional. Para Santos *et al.* (2024, p. 4), "mesmo diante de avanços normativos significativos [...] há um descompasso entre o aparato legal e as práticas efetivas nas instituições de ensino superior brasileiras".

Ainda que a legislação estabeleça o direito à educação superior inclusiva, a responsabilidade por sua execução permanece fragilizada. Lima e Carmo (2023) assinalam que inexiste um sistema de monitoramento eficiente, o que impede a responsabilização das universidades. Como resultado, as instituições não são compelidas a reformular suas estruturas e práticas. Brandão e Martins (2025) reiteram que a ausência de sanções concretas impede que as universidades sejam responsabilizadas por negligenciar sua função social.

Com efeito, as medidas adotadas pelas universidades têm caráter pontual, reativo e desarticulado. Em vez de promoverem mudanças estruturais, restringem-se a adaptações individuais que não alteram o modelo pedagógico vigente. Nesse aspecto, Parenti e D'Agostini (2024) observam que os Núcleos de Acessibilidade, quando existentes, funcionam à margem das estruturas decisórias, com pouca ou nenhuma integração institucional.

Ademais, o discurso da inclusão tende a ser incorporado superficialmente, sem induzir modificações reais na cultura universitária. Santos *et al.* (2024) ressaltam que as universidades permanecem operando sob lógicas excludentes baseadas na produtividade e na normalidade, incompatíveis com a diversidade funcional. Tal permanência compromete a efetividade das normas, tornando-as simbólicas e pouco operacionais.

A precariedade estrutural de muitas instituições, aliada à descontinuidade de políticas públicas, agrava esse quadro. Conforme Lima e Carmo (2023), "as universidades, em muitos casos, não possuem planejamento institucional de longo prazo voltado à inclusão". Em lugar disso, respondem de forma emergencial às demandas, o que impede a construção de uma política inclusiva permanente e articulada.

Apesar disso, os autores não divergem quanto à importância das legislações vigentes, mas ressaltam que sua efetividade depende de mediações institucionais. Para Brandão e Martins (2025), é necessário estabelecer mecanismos normativos vinculantes, acompanhados de sanções, para garantir que os dispositivos legais não permaneçam no plano declaratório. Por sua vez, Lima e Carmo (2023) destacam que a efetividade das normas depende da articulação com fatores políticos, estruturais e pedagógicos.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2024) pontuam que as políticas públicas não são aplicadas de forma homogênea entre as instituições. Persistem desigualdades regionais e institucionais, muitas vezes condicionadas à iniciativa pessoal de gestores. Isso confirma que o avanço normativo, por si só, não assegura a equidade educacional.

Diferentes autores convergem quanto ao caráter simbólico de parte das normativas existentes. Parenti e D'Agostini (2024, p. 5) alertam que, sem responsabilização institucional e recursos contínuos, as diretrizes legais tornam-se "inócuas, produzindo uma inclusão fictícia, desvinculada das condições reais de permanência". Essa avaliação reforça a necessidade de transformar as estruturas acadêmicas e administrativas, e não apenas adaptar as condições de acesso.

Tal divergência entre norma e prática reflete, em última instância, a ausência de uma política nacional de inclusão que articule legislação, financiamento, fiscalização e formação. Como destacam Brandão e Martins (2025), as instituições de ensino superior ainda operam com uma visão limitada da inclusão, compreendida como adaptação pontual, e não como reformulação estrutural.

É importante sublinhar que o marco legal, embora indispensável, exige um compromisso institucional ativo para se tornar efetivo. A inércia das universidades frente à obrigação legal se perpetua diante da inexistência de medidas coercitivas. Por conseguinte, o direito à educação inclusiva torna-se condicional e, muitas vezes, inviabilizado na prática cotidiana.

Dessa maneira, os argumentos convergem para a conclusão de que a legislação, por mais avançada que seja, necessita ser acompanhada de planejamento estratégico, instâncias fiscalizadoras e políticas institucionais de longo prazo. Como afirmam Lima e Carmo (2023, p. 1136), "observa-se, portanto, uma fragilidade na efetivação das políticas de inclusão".

Torna-se imprescindível considerar que a construção de uma cultura institucional inclusiva depende de mais que instrumentos legais. Requer, sobretudo, a formação permanente dos profissionais, a revisão dos projetos pedagógicos e a reformulação das estruturas universitárias. Como observa Santos *et al.* (2024, p. 6), "as normativas têm se mostrado insuficientes para induzir mudanças culturais dentro das universidades".

Conforme apontam os estudos analisados, a inclusão permanece como princípio formal, não necessariamente praticado. A legislação torna-se apenas um marco referencial quando não acompanhada de ações concretas e estruturantes. A seguinte citação sintetiza criticamente esse quadro:

> A existência de leis não garante, por si só, a transformação das práticas institucionais. As universidades mantêm estruturas excludentes, cuja resistência à mudança revela a persistência de uma lógica meritocrática incompatível com o princípio da equidade previsto no ordenamento jurídico. (Parenti; D'Agostini, 2024, p. 3).

Conclui-se, portanto, que a distância entre o plano normativo e a realidade institucional precisa ser enfrentada com medidas estruturais, contínuas e articuladas. Apenas dessa forma o ensino superior poderá cumprir, de fato, sua função social e garantir o direito à educação a todos os estudantes, independentemente de sua condição funcional.

4 PERMANÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS, DIDÁTICOS E ATITUDINAIS

O aumento do ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior, fomentado por políticas públicas de acesso, não tem sido acompanhado por medidas eficazes de permanência. Embora o marco legal assegure a inclusão, as instituições de ensino superior enfrentam dificuldades estruturais e organizacionais para garantir condições equitativas ao longo da trajetória acadêmica. Brandão e Martins (2025, p. 10) alertam que "embora o ingresso ao ensino superior tenha sido impulsionado por políticas afirmativas, a permanência continua sendo o maior desafio [...]".

Tal cenário é agravado pela inexistência de políticas intersetoriais articuladas, que envolvam desde os núcleos de acessibilidade até a assistência estudantil, o apoio psicopedagógico e a formação docente. Lima e Carmo (2023) reforçam que, em muitos casos, os estudantes com deficiência deparam-se com obstáculos invisíveis à primeira vista, mas profundamente limitantes quanto à sua experiência acadêmica. Esses obstáculos manifestam-se não apenas em barreiras físicas, mas também em práticas pedagógicas inadequadas e atitudes excludentes de agentes universitários.

Nesse contexto, as barreiras pedagógicas adquirem destaque. A escassez de materiais acessíveis, a inflexibilidade curricular e a ausência de tecnologias assistivas são fatores que comprometem significativamente a permanência estudantil. Conforme apontam Brandão e Martins (2025, p. 11), "as barreiras à permanência não se restringem à acessibilidade arquitetônica, mas incluem a escassez de materiais didáticos em formatos acessíveis [...]". Tal constatação evidencia a necessidade de revisão dos processos didáticos, os quais, na maioria das vezes, permanecem inalterados frente à diversidade funcional dos estudantes.

Adicionalmente, a formação docente apresenta-se como uma das lacunas mais críticas no processo de inclusão plena. Santos *et al.* (2024) observam que muitos professores desconhecem as especificidades legais e pedagógicas necessárias para atender os estudantes com deficiência, o que compromete a efetividade das estratégias de ensino. Parenti e D'Agostini (2024) destacam que a ausência de formação continuada impede a adaptação das práticas pedagógicas, implicando em desigualdades de aprendizagem e comprometendo o vínculo acadêmico entre discentes e docentes.

ISSN: 2595-1378

Além das barreiras didáticas, as limitações estruturais institucionais são recorrentes, especialmente no que tange aos núcleos de acessibilidade. Embora existam, tais núcleos frequentemente operam de forma fragmentada, com recursos humanos insuficientes e sem inserção estratégica no planejamento universitário. Parenti e D'Agostini (2024) explicam que, mesmo quando ativos, esses núcleos enfrentam limitações severas em sua atuação, o que afeta diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes com deficiência.

Soma-se a esse contexto a escassez de acessibilidade comunicacional, fator decisivo para estudantes com deficiência sensorial. A ausência de intérpretes de Libras, leitores de tela ou plataformas digitais compatíveis compromete a autonomia dos estudantes e, por conseguinte, sua motivação. Brandão e Martins (2025, p. 12) destacam que "a escassez de acessibilidade comunicacional [...] constitui fator decisivo para o abandono dos estudos por estudantes com deficiência sensorial".

Essa precariedade tecnológica e comunicacional é reforçada por práticas administrativas desarticuladas, que não integram os diferentes setores institucionais. De acordo com Santos *et al.* (2024), muitas ações são pontuais e reativas, dependendo da demanda imediata dos estudantes e da sensibilidade dos gestores. Tal abordagem emergencial compromete a continuidade das ações inclusivas, especialmente durante mudanças de gestão ou em contextos de contingenciamento orçamentário.

O impacto dessas barreiras reflete-se no prolongamento do tempo de curso ou mesmo na evasão precoce. Lima e Carmo (2023) argumentam que a evasão não resulta da falta de competência acadêmica, mas da soma de exclusões cotidianas, que impedem a construção de vínculos institucionais. Nesse sentido, a experiência universitária torna-se excludente, não apenas nos aspectos físicos e pedagógicos, mas também nos relacionais e afetivos.

A esse respeito, Parenti e D'Agostini (2024, p. 7) chamam atenção para a dimensão atitudinal da exclusão. Para os autores, "a ausência de sensibilidade dos docentes, associada ao desconhecimento sobre os direitos dos estudantes com deficiência, compromete a qualidade das interações pedagógicas". Assim, não apenas a estrutura física, mas também os valores e práticas dos sujeitos universitários, são determinantes para a permanência.

Além disso, a insuficiência de políticas institucionais contínuas agrava o problema. Conforme ressalta Santos *et al.* (2024, p. 7),

> [...] a permanência no ensino superior ainda é um desafio [...] diante da ausência de infraestrutura adequada, da insuficiência de recursos humanos especializados e da inexistência de políticas institucionais contínuas [...].

ISSN: 2595-1378

Essa realidade denota um caráter fragmentado da inclusão, sustentado mais pelo esforço individual do estudante do que por uma política institucional estruturada. A precariedade das ações institucionais pode ser sintetizada na seguinte citação direta longa, que expressa o caráter improvisado das medidas de apoio:

> As ações de apoio muitas vezes dependem da boa vontade de docentes ou servidores técnicos, sem respaldo institucional estruturado. Essa informalidade compromete a continuidade das ações, especialmente em períodos de mudança de gestão universitária ou redução orçamentária (Brandão; Martins, 2025, p. 11).

Essa informalidade revela o caráter não institucionalizado da política de permanência, o que compromete sua eficácia. Lima e Carmo (2023, p. 1141) acrescentam que a carência de profissionais especializados, como tradutores, ledores ou monitores, compromete o acesso autônomo ao conteúdo acadêmico e amplia a dependência dos estudantes em relação a terceiros.

Outro ponto relevante diz respeito à saúde mental e à motivação dos estudantes. As exclusões cotidianas, somadas à ausência de apoio psicopedagógico, produzem um ambiente hostil que compromete o engajamento e a aprendizagem. Santos *et al.* (2024) argumentam que, além das dificuldades pedagógicas, os estudantes sofrem com a invisibilização institucional de suas necessidades subjetivas.

Diante de tais desafios, os autores convergem quanto à urgência da articulação entre acessibilidade, assistência estudantil, saúde mental e formação docente. Brandão e Martins (2025) defendem a institucionalização das políticas de permanência com respaldo normativo e orçamentário. Parenti e D'Agostini (2024), por sua vez, enfatizam a superação das barreiras culturais que invisibilizam as necessidades dos estudantes com deficiência.

Em resumo, a permanência acadêmica de estudantes com deficiência exige mais do que adaptações pontuais. Requer a reestruturação das práticas pedagógicas, a institucionalização dos núcleos de acessibilidade e o rompimento com lógicas capacitistas que ainda permeiam o cotidiano universitário. Como destacam Lima e Carmo (2023), somente a integração entre políticas, sujeitos e práticas poderá assegurar a continuidade e a conclusão da formação por parte desses estudantes.

Por fim, mesmo diante de um cenário legal favorável, a permanência ainda é condicionada por fatores estruturais, pedagógicos e atitudinais que se inter-relacionam de forma excludente. A articulação entre os autores examinados evidencia que as ações isoladas não são capazes de produzir mudanças significativas sem o engajamento institucional contínuo e integrado com os princípios da equidade.

ISSN: 2595-1378

5 EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA COMO CRITÉRIO PARA REDEFINIR AS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NAS UNIVERSIDADES

A formulação de políticas inclusivas no ensino superior brasileiro ainda opera majoritariamente sob uma lógica normativa, centrada em padrões abstratos que negligenciam as particularidades da experiência estudantil com deficiência. Embora existam avanços legais, esses instrumentos têm falhado em incorporar a vivência concreta dos sujeitos envolvidos. Brandão e Martins (2025, p. 14) enfatizam que "a escuta das experiências de estudantes com deficiência é essencial para reconfigurar políticas institucionais que, historicamente, têm sido pensadas de forma verticalizada [...]".

A esse respeito, observa-se que as estruturas universitárias ainda são movidas por práticas padronizadas, insensíveis às múltiplas formas de exclusão que se manifestam cotidianamente. Lima e Carmo (2023) sustentam que a ausência de mecanismos institucionais de escuta ativa compromete a eficácia das ações propostas, pois desconsidera os modos específicos de aprender, interagir e circular dos sujeitos com deficiência. Tal descompasso acentua a desconexão entre as medidas adotadas e as necessidades expressas pelos estudantes.

Embora as universidades, em muitos casos, implementem iniciativas formais de acessibilidade, tais medidas são frequentemente desenhadas sem consulta prévia aos usuários, o que as torna ineficazes ou meramente simbólicas. Santos *et al.* (2024, p. 10) apontam que "os estudantes relataram que a falta de escuta e de espaços para participação nas decisões institucionais contribui para a formulação de políticas que não respondem às suas necessidades reais [...]". Assim, constata-se que a ausência de diálogo compromete a legitimidade das ações inclusivas.

Ao privilegiar uma lógica prescritiva, as universidades ignoram o caráter epistêmico da experiência vivida. Nesse sentido, Brandão e Martins (2025) argumentam que as narrativas dos estudantes revelam dimensões da exclusão que não são apreendidas por instrumentos técnicos, tais como o silenciamento, a invisibilidade institucional e as barreiras simbólicas presentes no cotidiano universitário. Tais elementos reforçam que a deficiência não reside apenas no corpo, mas nas estruturas normativas que organizam o espaço acadêmico.

Além disso, a ausência de participação dos estudantes nos processos decisórios evidencia uma fragilidade democrática nas universidades. Lima e Carmo (2023) defendem que os sujeitos com deficiência devem ser reconhecidos como interlocutores legítimos da política educacional, cuja experiência pode orientar tanto a formulação quanto a avaliação das ações institucionais. Essa perspectiva implica repensar a função do estudante na universidade, não mais como destinatário, mas como coprodutor de políticas.

ISSN: 2595-1378

Essa concepção é reiterada por Santos *et al.* (2024), ao afirmarem que a acessibilidade deve ultrapassar a dimensão arquitetônica e contemplar aspectos pedagógicos, relacionais e comunicacionais. Para os autores, as experiências relatadas indicam que o sucesso da política inclusiva depende da capacidade institucional de acolher demandas específicas, o que exige abertura para revisões procedimentais a partir da escuta ativa. Nesse sentido, o critério técnico-normativo mostra-se insuficiente para orientar práticas efetivas de inclusão. No mesmo sentido, Brandão e Martins (2025, p. 15) assinalam que

> [...] as narrativas de estudantes com deficiência revelam que a inclusão real demanda mais do que recursos materiais: exige o reconhecimento institucional das subjetividades, da diversidade das trajetórias [...].

Tal proposição subverte o paradigma médico da deficiência, reposicionando o sujeito como centro da política pública e não como seu objeto passivo. Por conseguinte, torna-se necessário deslocar o foco da deficiência como atributo individual para a análise crítica das estruturas acadêmicas que perpetuam desigualdades. Esse deslocamento é sugerido por Brandão e Martins (2025, p. 16), ao destacarem que "ouvir os estudantes com deficiência significa deslocar o foco [...] das práticas pedagógicas que silenciam ou marginalizam determinadas corporalidades". Ao incorporar essas experiências, a universidade poderá revisar seus currículos, metodologias e critérios de avaliação, superando lógicas homogeneizadoras.

A articulação entre escuta e transformação institucional também é defendida por Lima e Carmo (2023), que observam a eficácia das políticas quando estas partem da escuta sistemática dos estudantes. Em suas análises, os autores relatam que, quando ouvidos, os sujeitos sugerem soluções que transcendem o campo da infraestrutura, atingindo práticas pedagógicas e atitudes relacionais. Assim, a experiência torna-se fonte de inovação e de qualificação do processo educativo.

Conforme Santos *et al.* (2024), essa perspectiva só se realiza quando há disposição institucional para flexibilizar normas e procedimentos. Para muitos estudantes, o acesso pleno à universidade ocorre apenas quando suas demandas são acolhidas de forma individualizada e dialógica. Tal constatação evidencia a necessidade de revisão das lógicas burocráticas e padronizadas que regem os serviços de acessibilidade em diversas instituições de ensino superior.

A esse respeito, Brandão e Martins (2025, p. 16) sustentam que "a efetividade das políticas de inclusão será proporcional à capacidade institucional de incorporar a crítica dos próprios sujeitos que vivenciam a exclusão". Essa afirmação explicita que a escuta não pode ser meramente instrumental,

mas deve resultar em mudanças estruturais capazes de alterar os padrões excludentes que ainda regem a organização universitária.

Nesse ponto, os autores convergem na crítica ao modelo técnico-administrativo das políticas de inclusão, que ignora as dinâmicas relacionais e simbólicas da exclusão. Lima e Carmo (2023, p. 1145) argumentam que "a experiência dos sujeitos com deficiência deve ser reconhecida como fonte legítima de conhecimento e, portanto, orientadora das políticas públicas universitárias [...]". Tal afirmação sublinha a urgência de rever o modo como a produção normativa é construída no campo da educação superior.

Em contrapartida, Parenti e D'Agostini (2024) observam que, embora haja reconhecimento formal da importância da escuta, poucos são os mecanismos institucionalizados para garantir a participação dos estudantes nos processos decisórios. Essa lacuna entre o discurso e a prática indica que a inclusão efetiva permanece condicionada à vontade política das gestões universitárias, o que a torna vulnerável à descontinuidade administrativa.

Além disso, a centralidade das experiências não significa desprezo pelas normativas existentes, mas sim a sua reformulação à luz das vivências concretas dos sujeitos. Santos *et al.* (2024, p. 11) reforçam que,

> [...] é a partir do reconhecimento da experiência dos sujeitos com deficiência que as universidades podem romper com modelos normativos e abstratos de inclusão.

Portanto, trata-se de articular a normatividade à experiência, e não de substituí-la. A esse desafio soma-se o imperativo de criar espaços permanentes de diálogo e participação, capazes de legitimar as políticas públicas sob uma ótica democrática. Lima e Carmo (2023) ressaltam que a ausência desses espaços não apenas enfraquece as ações inclusivas, mas também perpetua um modelo de gestão centralizado, distante das demandas reais dos estudantes com deficiência.

Por fim, compreende-se que as políticas de acessibilidade somente adquirirão eficácia institucional quando forem reconstruídas a partir do protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados. O reconhecimento da experiência como critério legítimo para a redefinição das políticas universitárias de inclusão não apenas amplia o escopo da acessibilidade, como também inaugura um paradigma de justiça educacional que valoriza a pluralidade das trajetórias humanas.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos indicam que há uma disjunção persistente entre o aparato normativo que regula os direitos das pessoas com deficiência no ensino superior e as práticas institucionais vigentes.

Verificou-se que, embora as universidades brasileiras estejam formalmente submetidas a legislações inclusivas, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a operacionalização desses dispositivos revela-se incipiente e marcada por fragilidades administrativas, orçamentárias e culturais (Brandão; Martins, 2025; Lima; Carmo, 2023; Santos *et al.*, 2024; Parenti; D'Agostini, 2024).

Em consequência, uma das principais conclusões do estudo consiste no reconhecimento de que a permanência acadêmica dos estudantes com deficiência depende menos do marco legal e mais da articulação entre ações institucionais continuadas, formação docente adequada, estrutura física acessível e recursos pedagógicos compatíveis com as necessidades dos discentes. A simples existência de Núcleos de Acessibilidade, quando não acompanhada por políticas intersetoriais e financiamento contínuo, tem se revelado insuficiente para garantir a permanência com qualidade e equidade (Santos *et al.*, 2024; Parenti; D'Agostini, 2024).

Tais evidências dialogam com a literatura especializada que aponta a insuficiência de respostas institucionalizadas às demandas dos estudantes com deficiência, sobretudo quando as políticas adotam um viés normativo-descritivo dissociado das experiências concretas dos sujeitos. Nesse sentido, os dados coletados convergem com os apontamentos de Lima e Carmo (2023), que denunciam a tendência à formulação verticalizada de ações inclusivas, muitas vezes desarticuladas das vivências e saberes desses estudantes.

O significado dessas descobertas reside na ênfase dada à experiência como categoria epistemológica relevante para a formulação de políticas públicas em educação superior. Ao priorizar as narrativas de exclusão e resistência como fonte legítima de conhecimento, evidencia-se a necessidade de reformulação das práticas institucionais segundo uma lógica dialógica e responsiva. Conforme assinalado por Brandão e Martins (2025), a escuta ativa das trajetórias dos estudantes com deficiência pode operar como elemento reestruturante das políticas de acessibilidade, deslocando o foco da deficiência individual para as insuficiências estruturais da universidade.

Além disso, os dados permitem confrontar o discurso oficial de inclusão com a materialidade das práticas acadêmicas, revelando tensões entre as diretrizes legais e a ausência de mecanismos de monitoramento eficazes. A crítica dirigida à atuação fragmentária dos Núcleos de Acessibilidade reforça o argumento de que a permanência não se efetiva por meio de adaptações pontuais, mas requer transformações estruturais no projeto pedagógico e na cultura institucional (Parenti; D'Agostini, 2024; Santos *et al.*, 2024).

Entretanto, o estudo apresenta algumas limitações. A primeira refere-se à escassez de dados longitudinais que permitam avaliar o impacto cumulativo das políticas de acessibilidade sobre a

trajetória acadêmica dos estudantes. Além disso, a heterogeneidade entre as instituições, especialmente entre universidades públicas e privadas, compromete a generalização dos resultados. De acordo com Santos *et al.* (2024), as desigualdades regionais e a autonomia universitária dificultam a padronização das ações inclusivas, produzindo respostas dissonantes mesmo sob um mesmo arcabouço legal.

Outro limite relevante reside na ausência de indicadores qualitativos e quantitativos sistematizados sobre evasão de estudantes com deficiência, o que fragiliza o monitoramento das ações e a avaliação de sua eficácia. Como apontam Lima e Carmo (2023), a falta de dados oficiais sobre permanência, rendimento e condições de aprendizagem desses estudantes compromete o desenvolvimento de estratégias institucionais eficazes.

Uma constatação que se revelou inesperada diz respeito ao papel das atitudes individuais de docentes e técnicos-administrativos. Apesar das limitações estruturais, alguns estudantes relataram experiências positivas mediadas por professores sensíveis e proativos, mesmo em contextos institucionais adversos. Esse elemento corrobora parcialmente a literatura que destaca a relevância das disposições atitudinais no processo de inclusão (Lima; Carmo, 2023). No entanto, também evidencia a vulnerabilidade dessas ações quando não institucionalizadas, sendo suscetíveis a rupturas com mudanças de gestão ou de equipe (Brandão; Martins, 2025).

Essas constatações sugerem que futuras investigações devem explorar com maior profundidade a interface entre cultura organizacional, práticas pedagógicas e experiências estudantis. Investimentos em pesquisas qualitativas, centradas em narrativas biográficas, podem contribuir para o mapeamento de dinâmicas de exclusão não captadas por indicadores tradicionais. Ademais, propõe-se o desenvolvimento de estudos comparativos entre instituições que apresentam distintos graus de efetivação das políticas de acessibilidade, visando identificar padrões de gestão mais eficazes.

Em suma, os resultados deste estudo reiteram que a inclusão no ensino superior não pode ser reduzida ao cumprimento formal de dispositivos legais. Exige-se uma reconfiguração institucional orientada por critérios de justiça educacional, participação efetiva dos sujeitos e valorização da experiência como fonte legítima de elaboração política. Esse percurso demanda, além de recursos materiais, uma revisão crítica das epistemologias que estruturam o fazer universitário.

7 CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido permitiu compreender, de forma aprofundada, as tensões existentes entre a legislação inclusiva vigente no Brasil e sua efetivação nas instituições de ensino superior. Por meio da análise crítica de produções científicas recentes e do diálogo com autores que investigam a inclusão educacional de pessoas com deficiência, foi possível responder às questões formuladas na

introdução quanto à eficácia normativa das políticas de acessibilidade e aos fatores que limitam a permanência acadêmica desses estudantes. A metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de textos científicos indexados, mostrou-se adequada à identificação dos principais obstáculos estruturais, didáticos e atitudinais que ainda condicionam o acesso pleno e a permanência qualificada no ensino superior.

Os objetivos propostos na pesquisa foram plenamente atendidos. O primeiro deles, que visava examinar a incoerência entre a legislação e as práticas institucionais, revelou a existência de um arcabouço legal avançado, mas fragilmente implementado, marcado por ausência de responsabilização, escassez de planejamento e desarticulação entre os setores universitários. O segundo objetivo, referente à análise dos desafios à permanência de estudantes com deficiência, permitiu identificar a predominância de ações pontuais, desprovidas de continuidade, e a ausência de políticas intersetoriais capazes de promover condições equitativas de participação. Por fim, ao abordar as experiências dos próprios estudantes como critério de reconfiguração das políticas de acessibilidade, foi possível evidenciar a centralidade da escuta ativa e da participação efetiva dos sujeitos na construção de um ambiente universitário mais inclusivo.

Entre as principais conclusões, destacam-se a prevalência de uma cultura institucional ainda excludente, a dificuldade das universidades em operarem transformações estruturais compatíveis com os dispositivos legais e a fragilidade das instâncias de suporte pedagógico. Além disso, a ausência de espaços sistemáticos para participação discente na formulação das políticas de inclusão mostrou-se um fator limitante para o aprimoramento das práticas institucionais. A desconexão entre planejamento, execução e monitoramento contribui para a manutenção de barreiras de acesso e permanência, especialmente para estudantes com deficiência sensorial, intelectual ou múltipla.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento empírico das experiências estudantis por meio de abordagens etnográficas, entrevistas em profundidade e estudos de caso em diferentes instituições públicas e privadas. Também se indica a necessidade de investigações que contemplem a atuação dos Núcleos de Acessibilidade, suas estratégias de enfrentamento às barreiras institucionais e seu impacto na trajetória acadêmica dos estudantes. Ademais, sugere-se o desenvolvimento de estudos interdisciplinares que articulem políticas de inclusão com temas como saúde mental, assistência estudantil e formação docente, a fim de ampliar a compreensão sobre a complexidade do processo inclusivo no ensino superior brasileiro.

Assim, a pesquisa corrobora a importância de se repensar as políticas educacionais inclusivas não apenas como normativas legais, mas como práticas efetivas sustentadas por compromisso institucional, diálogo com os sujeitos envolvidos e transformação das estruturas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A.; MARTINS, C. Inclusão no ensino superior: desafios e avanços nas políticas de educação para estudantes em situação de deficiência no Brasil. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 12, n. 2, p. e025028, 2025.

LIMA, M. F.; CARMO, R. S. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1132-1150, 2023.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

PARENTI, V. C.; D'AGOSTINI, C. L. A. F. Inclusão no ensino superior: o papel dos núcleos de acessibilidade e inclusão no Brasil. **Revista FT**, v. 29, n. 140, 2024.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

SANTOS, E. R. V.; LEITÃO, S.; SILVA, N. L. C. A.; GARCÊS, L. M.; DIAS, C. J. M.; FERREIRA, A. C.; RIBEIRO, R. M.; MOSTARDA, C. T.; DIAS FILHO, C. A. A.; SOARES JUNIOR, N. J. S. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil. **Revista Acervo Educacional**, v. 6, e16992, 2024.